

“DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA”: PODER E POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS DA GAMBOA DE BAIXO, SALVADOR

Keisha-Khan Y. Perry

Brown University

E-mail: keisha-khan_perry@brown.edu

Ana Cristina da Silva Caminha¹

Faculdade Jorge Amado

Resumo: A Gamboa de Baixo, comunidade secular de pescadores localizada no centro de Salvador, atualmente encontra-se em pleno processo de concretização do seu projeto de regularização fundiária, resultado de mais de uma década de luta intensa pela posse definitiva da terra. Neste artigo, destacamos elementos importantes desse processo de mobilização que são o ativismo e a capacidade organizativa das lideranças femininas negras dessa comunidade que representaram um desafio importante às práticas sexistas, racistas e classistas tradicionais das políticas públicas em Salvador, comandadas, sobretudo, por lideranças políticas que representam os interesses da classe dominante, como se vê no exemplo dos empreiteiros e especuladores imobiliários. A busca por uma narrativa respeitosa e objetiva dos fatos nos levou a uma escrita compartilhada com representantes da comunidade da Gamboa, um fato inédito para um público que sistematicamente tem suas aspirações políticas invisibilizadas pela mídia oficial que prefere pôr foco na criminalização dos membros dessa comunidade, não desvelando as raízes do problema que são as desigualdades de raça, gênero e classe cujo efeito cumulativo encontra na mulher negra seu principal alvo.

Palavras-chave: mulheres negras; feminismo; luta pela terra; liberdade racial e de gênero; Salvador.

¹ Agradecemos a Sônia Beatriz dos Santos e Lázaro dos Passos Cunha que nos ajudaram com a revisão do argumento e a edição em português deste texto.



“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: Poder e política das mulheres negras da Gamboa de Baixo, Salvador

Mulheres negras vistas apenas como símbolo sexual ou amas de leite não fazem parte do nosso futuro, pois hoje existem mulheres que têm a ousadia de pensar, discordar, contestar, mas isto apenas reforça nossa tradição na luta pela sobrevivência.

Nossos frutos receberão elementos que permitirão criar uma nova sociedade, mais justa para o Brasil, país este pelo qual Zumbi dos Palmares lutou.

Tenho a certeza de que um dia não seremos vistas como loucas obstinadas ou sonhadoras, mas sim como mulheres que sabem que o sonho de ter direito a ter direitos não é mais um sonho e sim, é uma REALIDADE .

(Malu Viana (Flor do Guetto), “Ser Menina, Mulher Negra. É ser um símbolo de Resistência!”).²

Introdução: as vozes de protesto

No dia 4 de agosto de 2007, numa cerimônia no espaço aberto do Forte São Paulo, as lideranças comunitárias da Gamboa de Baixo, bairro popular localizado no centro de Salvador, assinavam o contrato histórico de titulação de posse das terras³ e casas para as famílias residentes na comunidade. A quebra de paradigmas contida nessa iniciativa contribui para a reflexão acerca da legitimidade da posse de terra das famílias brancas tradicionais da cidade que se beneficiaram e mantiveram seus ganhos desde o período escravocrata e que fizeram da divisão do espaço urbano de Salvador um retrato das desigualdades

De fato, a cerimônia desencadeou muita discussão por todo o bairro da Gamboa de Baixo em relação ao significado da assinatura do contrato “de cessão de uso do solo das áreas da Marinha”. Dona Vilma, moradora há mais de 50 anos, questionou os representantes do governo presentes na cerimônia: “Será que minha casa está na faixa da Marinha? Eu vou poder receber o meu título?”. A pergunta de dona Vilma refletia a inquietude de outros moradores que estavam angustiados pela mesma razão, e que começaram a fazer uma série de outros questionamentos tais como: “O que é faixa da Marinha?”. Indagaram ainda sobre a possibilidade de que a titulação fosse parcial e que uma parte das áreas ocupadas por alguns dos moradores iria ficar

² Artigo publicado no *website* oficial da Fundação Cultural Palmares no “Espaço do Leitor – Artigos” (< <http://www.palmares.gov.br>>).

³ A nossa referência a “terra” e “direitos a terra” neste artigo tem o mesmo significado que os termos utilizados para descrever as demandas políticas do conhecido “Movimento Sem-Terra” organizado por agricultores e trabalhadores rurais que lutam para ter suas terras. Também, quando se fala de comunidades negras em luta pela terra, normalmente se refere a remanescentes de quilombo (GUSMÃO, 1995), mas aqui queremos enfatizar que estes conflitos por regularização fundiária persistem nas áreas urbanas em que vive uma grande porcentagem da população negra no país (IBGE, 2004). O direito à terra está vinculado à questão de direito a uma moradia digna nos espaços urbanos.

fora do contrato, porque somente se poderia regularizar as terras que pertenciam ao Governo Federal, deixando de fora aquelas pertencentes a outras entidades que haviam declarado serem proprietárias de parte das terras no bairro. As dúvidas sobre o significado do direito coletivo à terra na cidade de Salvador fizeram com que muitos moradores suspeitassem do processo de titulação e pusessem em xeque a viabilidade de uma regularização parcial das áreas da Gamboa de Baixo. Para as mulheres negras líderes da associação de moradores, aquele não foi o documento oficial que elas haviam esperado por tanto tempo; o que de fato desejavam era um documento que legalizasse sua permanência definitiva nas casas. Várias mulheres negras presentes no local protestaram contra a incoerência da titulação. Uma delas, Ritinha, pedagoga e assessora do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que atua na comunidade há mais de dez anos, gritou “Zumbi, Dandara e Luiza Mahim”, e “Viva o povo negro!”, entre os moradores. Dona Lenilda, ex-líder comunitária, começou a cantar o hino de luta da Gamboa e também foi acompanhada pelos moradores: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira, daqui não saio, daqui ninguém me tira, onde é que eu vou morar? O Senhor tem paciência de esperar, ainda mais com tantos filhos, onde é que eu vou morar?!”. Ritinha e dona Lenilda fizeram com que os moradores se lembrassem da tradição de resistência dos negros e das mulheres negras pelo direito a viver com dignidade e por recursos materiais como a terra. Naquele momento, os moradores também entenderam que a luta de muitas décadas pela posse da terra no centro de Salvador e o direito à cidadania não haviam findado com um contrato governamental concebido de forma equivocada.

Citamos este acontecimento recente acerca da assinatura do contrato de posse das terras da Gamboa de Baixo porque ele traz à tona uma questão que tem preocupado os movimentos populares em comunidades de maioria negra de Salvador: como reivindicar direitos num contexto em que as ações governamentais têm como norma ignorar o racismo como elemento estruturante das desigualdades sociais, além de desconsiderar a participação desse segmento na articulação e implementação de políticas públicas? Tal questão implica também a reflexão de como os representantes governamentais têm contribuído para uma visão estereotipada das comunidades negras urbanas, que são vistas por eles como grupos incapacitados de negociar suas próprias demandas (*Carta Aberta dos(as) Moradores(as) das Comunidades Populares de Salvador*, 2001). Especificamente, é importante observarmos a estratégia de silenciamento das vozes das organizações de base em bairros populares no exemplo da referida comunidade da Gamboa de Baixo. As críticas feitas pelos moradores ao contrato de regularização das terras do bairro proposto pelo governo não foram passíveis de nenhuma apreciação pelo governo nem foram alvo de discussões na mídia (diferentemente do que ocorre quando se trata de fatos que suscitam imagens pejorativas desses bairros, principalmente aquelas associadas à criminalidade e à violência). As reivindicações dos ativistas da Gamboa de Baixo demonstram uma

incompatibilidade entre seus anseios reais e a imagem de “solução do problema” propagandeada pelo governo. Segundo os ativistas, este ignora as brechas que o atual contrato de posse da terra deixa para uma possível expulsão dos moradores mediante mecanismos jurídicos e até mesmo políticos por parte de especuladores imobiliários ou de setores do governo com visões desenvolvimentistas em relação ao futuro da cidade. Neste sentido, é importante ressaltar a ameaça da atual proposição do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, que claramente privilegia a “elite branca da cidade” e desafia o equilíbrio ambiental com a proposta de verticalização da orla marítima.⁴

É nesse contexto de confronto entre as comunidades populares, o poder instituído e a elite soteropolitana que vemos emergir um quadro de lideranças negras femininas, com forte engajamento político em prol da melhoria de suas comunidades, tendo como suporte as alianças construídas com organizações negras que identificaram nas reivindicações dessas comunidades uma conexão com a estrutura de segregação racial notadamente presente na cidade, no estado e no Brasil em geral. Neste artigo, discutiremos o exemplo da organização política da Gamboa de Baixo em relação às questões de terra e urbanização, e esperamos que esta discussão nos permita desvelar: a) a forma pela qual estes movimentos sociais de base (*grassroots*) passaram a ter como principais protagonistas mulheres negras oriundas das classes populares; b) o imbricamento entre a participação dessas ativistas e a sua condição de raça, gênero, sexualidade e classe; por fim, c) como as vozes e as ações de tais mulheres são impactantes e/ou estruturantes para a transformação da comunidade e da cidade de Salvador.

No desenvolvimento de nossa discussão, primeiramente apresentamos um breve relato da participação histórica de mulheres negras no movimento de bairro da Gamboa de Baixo; neste sentido, enfocamos na questão de como a Gamboa de Baixo liderada por mulheres negras chegou até o enfrentamento atual com o Estado no processo de concessão das terras para a comunidade. Na segunda parte, promovemos uma análise do que denominamos de “um movimento dentro de um movimento” em que procuramos demonstrar como o movimento pelo direito coletivo de permanecer no bairro está conectado, sobretudo, aos movimentos que abordam as questões de raça e gênero. Nossa pesquisa demonstrou que a organização política de mulheres negras contra a opressão sexual e de gênero na Gamboa de Baixo se desenvolve em paralelo ao movimento antirracista. Nesse sentido, descrevemos que mulheres como as da Gamboa de Baixo têm transformado suas vidas enquanto mulheres e negras,

⁴ As discussões recentes entre políticos, urbanistas e grupos comunitários sobre as propostas do PDDU para a construção de edificações altas na orla marítima de Salvador têm enfatizado as repercussões ambientais. Para mais informação acerca do PDDU de Salvador, para tomar conhecimento de algumas destas críticas, veja o *site* oficial da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente <<http://www.seplam.pms.ba.gov.br/>>. As discussões também têm enfatizado o desenvolvimento desigual em bairros populares e ocupados por uma população de maioria negra (Liberdade, Cajazeiras, Tancredo Neves) e os bairros ocupados por uma elite majoritariamente branca (Barra, Rio Vermelho, Pituba) <http://www.seplam.pms.ba.gov.br/plano/discussao_2005.htm>.

e têm influenciado o discurso e as ações dentro do movimento social. Para a análise epistemológica dessa narrativa social importante, utilizaremos o referencial teórico feminista da interseccionalidade de raça, gênero e classe na medida em que esse construto teórico abarca, de forma satisfatória, a complexidade das identidades das referidas ativistas sociais.

Uma breve história de luta

A história do desenvolvimento político da Gamboa de Baixo é essencialmente uma história de protagonismo de mulheres negras. A Gamboa de Baixo é uma pequena comunidade negra secular de pescadores, situada à beira da Baía de Todos os Santos, abaixo da avenida Lafaiete Coutinho (também conhecida como avenida do Contorno) entre o Museu de Arte Moderna (MAM) e o bairro da Vitória. A história de resistência desta comunidade tem início na década de 1960, quando o governo da Bahia começa a construção da avenida do Contorno (FERNANDES et al., 1999). A construção dessa avenida separou a Gamboa de Baixo de suas comunidades vizinhas como Politeama, Campo Grande e Aflitos. Alguns dos moradores dessa região resistiram à demolição de suas casas, mas perderam a luta contra a realocação forçada.⁵ De fato, após a construção da avenida do Contorno, a comunidade da Gamboa de Baixo passou por diversas dificuldades estruturais, tais como falta de acesso às outras áreas da cidade, falta de saneamento básico, água encanada, luz elétrica e, principalmente, o abandono e isolamento do local. Dentre os efeitos negativos desse verdadeiro “apartheid” urbano (*Vida e Evangelista*, 2000), o crescimento da violência tem destaque no contexto das desigualdades socioespaciais-raciais fomentadas, inicialmente, pela construção da avenida do Contorno e consolidadas pela subsequente disputa territorial em que o abandono do poder público (no campo da segurança, saúde, saneamento, habitação ou educação) faz parte da permanente estratégia de desocupação da comunidade (*Como Salvador Se Faz*, 2003).

Esse quadro de dificuldades, no entanto, fez emergir o protagonismo de mulheres da comunidade que, em sua maioria, constitui-se de mulheres negras com um histórico de pobreza acentuada e vítimas de uma estrutura maior de opressão racial e sexual, fortemente presente na sociedade brasileira (BAIRROS, 1991; BEATO, 2004; CALDWELL, 2007; OLIVEIRA, 1999; SILVA; LIMA, 1992). De fato, a construção em regime de mutirão da primeira escadaria de acesso à Gamboa foi um marco do ativismo dessas mulheres que posteriormente fundaram a Associação de Mulheres. Tal associação terminou por se consolidar como um espaço representativo dos moradores do local dada a sua proatividade na reivindicação de melhorias

⁵ A parte da rua que ficou abaixo da avenida, e que é habitada por uma população negra e pobre, não é reconhecida nos registros de logradouro como área do município de Salvador. A parte que ficou acima da avenida do Contorno, Gamboa de Cima, é devidamente reconhecida como bairro pelo município, pois é a área em que reside a população de classe média alta e branca.

no bairro no que se refere, principalmente, à segurança alimentar, ao saneamento, ao planejamento familiar e à educação. Este protagonismo fez surgir, no seio da comunidade, o estabelecimento de uma identidade entre a responsabilidade das atividades político-reivindicatórias e a proposta da Associação de Mulheres. De fato, a capacidade de organização e a legitimidade deste grupo de mulheres foi posto à prova em momentos emblemáticos para a comunidade, tal como foi o caso do surto do cólera em Salvador em 1992, que atingiu gravemente a comunidade da Gamboa de Baixo por ser justamente uma comunidade sem infraestrutura, e, portanto, alvo fácil para a contaminação pelo vírus do cólera.⁶ Neste episódio, a mobilização das mulheres da Gamboa se deu por meio da denúncia e a provocação do Estado a fim de prover a assistência necessária à comunidade no combate à doença que vitimou três moradores. O fato causou grande comoção na comunidade e contribuiu para a formalização da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo,⁷ que veio a trilhar um caminho já pavimentado pela Associação de Mulheres que, até então, se constituía na principal referência em termos da organização da comunidade na luta por melhorias sociais. Isso é confirmado por depoimentos como o da ex-líder comunitária Valquíria Boa Morte:

Eu fui a primeira pessoa que foi para a rádio. Quando cheguei em casa, já estava a EMBASA [Empresa Baiana de Saneamento e Água] pesquisando colocar um chafariz. O que fortaleceu mais a luta foi a morte de Sr. Geraldo, o pai de Lueci [ex-líder comunitário], quer dizer, que eu fiquei mobilizada nesta hora porque famílias que eu conhecia, pai e mãe, todo mundo pequeno. Eu estava em casa quando soube que ele foi para o hospital com princípio de cólera e já tinha ido outros moradores. Já tinha falecido outro rapaz, então eu achei que estava na hora de me movimentar. Chamei duas mulheres, Tônia e Mel, e fomos para a rádio. Depois chegou outras mulheres, Tinda, Solange, Hilda, depois Lueci. A gente tomou providência e começaram a botar água [na Gamboa]. Aí, foi de lá pra acá que começou a luta para organizar a Gamboa, porque antes disso a Gamboa estava parada, sendo só marginalizada.

Também, a militante pioneira dona Lenilda relembra:

O que me levou a participar do movimento, eu queria uma vida melhor para minha família, para meus filhos. A gente já tinha visto o pai ir embora [morrer], e mais gente, não é? Então, eu queria uma vida digna, com água encanada, sanitário para não fazer fezes e jogar à toa. Porque foi por isso que surgiu esta doença aqui, e o que foi que me levou ao movimento. Se a gente morar num lugar, temos que tratar dele.

A partir do momento da fundação da associação, inaugura-se para esta comunidade um instrumento de interlocução com as forças políticas organizadas da

⁶ Em julho de 1992, 123 casos de cólera foram registrados na Bahia. A Secretaria de Saúde do Estado investigou seis casos suspeitos de cólera na Gamboa de Baixo, e três pessoas morreram com sintomas da doença na área. O surto criou um clima de tensão no bairro devido às irregularidades na estrutura de saneamento básico na comunidade, como, por exemplo, uma grande quantidade de esgoto descendo a céu aberto da parte alta da cidade e a falta de água potável (*A Tarde*, 03 jul. 1992).

⁷ Recebeu o nome de uma das vítimas, o senhor Geraldo Ferreira de França, conhecido como Gegê.

cidade, como se pôde observar no exemplo dos diálogos realizados com a candidata, atualmente prefeita de Salvador, Lídice da Matta, que trazia ao longo de sua trajetória um legado de apoio político à organização de mulheres em outros bairros de Salvador. A primeira diretoria da Associação era composta por 11 mulheres e um homem (esse número não só expressa a vantagem quantitativa das mulheres mas também a sua maior capacidade organizativa nessa comunidade naquele período).⁸ É digno de nota, porém, que, mesmo com esse avanço político dentro do campo da “esquerda”, o mandato da prefeita Lídice da Matta não modificou significativamente a condição de exclusão da comunidade da Gamboa.

Mais um desafio...

Em junho de 1995, os jornais de Salvador começaram a anunciar o Projeto de Revitalização da Avenida do Contorno que fazia parte da estratégia do Governo da Bahia e de Salvador de preparar a cidade para o turismo no centro da cidade e na beira-mar. O projeto previa a reforma da estrutura da avenida do Contorno, a implantação do Parque de Escultura e, principalmente, a expulsão das famílias das comunidades de Água Suja, do Solar do Unhão e da Gamboa de Baixo. Preocupados com a falta de informação referente ao projeto, as lideranças da Gamboa de Baixo foram aos meios de comunicação para pedir apoio e chamar a atenção da sociedade civil organizada, para informar o que estava por acontecer na sua comunidade. Foram feitas diversas reuniões de mobilização com as comunidades para planejar formas conjuntas de luta para garantir a permanência de todos. No entanto, toda essa mobilização não impediu que o governo expulsasse as 97 famílias da comunidade vizinha, Água Suja, que foram transferidas para Jaguaribe, uma área distante do centro da cidade. Hoje, o Parque de Escultura ocupa este espaço, apagando a memória desta comunidade da paisagem. Neste período de desenvolvimento turístico rápido, os moradores do Centro Histórico (Pelourinho) também foram transferidos para a periferia de Salvador, o que revela uma estratégia sistemática de neoeugeniização⁹ da cidade, tendo como alvo preferencial as comunidades negras, pobres e situadas nas proximidades das vias turísticas da cidade.

⁸ Segundo os moradores, a organização e a luta das mulheres em 1992 tiveram dois resultados importantes: 1) a formação da associação de moradores; e 2) a instalação de um ponto de água encanada na comunidade, que mais tarde ficou conhecido como “o chafariz”. A conquista do chafariz foi o incentivo, a mola propulsora da vida política na comunidade da Gamboa, sobretudo no que se referia à luta pela permanência das famílias no local de origem.

⁹ A eugenia é uma teoria que surgiu na Europa a partir de diversos conhecimentos – médicos, antropológicos, filosóficos, sociológicos e psicológicos – no final do século XIX, como um campo de ideias sobre como eliminar as raças indesejadas, os doentes e os empobrecidos (STEPAN, 1991). No Brasil, Renato Kehl e Belisário criaram o Comitê Central de eugeniismo com o objetivo de estudar formas de “aperfeiçoar” o povo brasileiro a fim de progredir social e biologicamente. As ideias também influenciaram as leis de proibição da imigração de não brancos e os incentivos por parte do Estado para a imigração de europeus (PEARL, 1999). Nas grandes cidades como Rio de Janeiro e Salvador, a ciência eugênica desenvolveu-se dentro do movimento higienista e influenciou a ideia de que ruas e espaços públicos deveriam ser limpos e livres da população de rua, sobretudo pobres e africanos, beneficiando, desta forma, a elite branca que desejava desfrutar desses espaços públicos (FERREIRA FILHO, 1999; PINHEIRO, 2002). Este processo de neoeugeniização da cidade se refere ao legado da longa história urbana europeizante de Salvador produzida pelo planejamento urbano que tem modernizado a cidade a partir da estética europeia (PINHEIRO, 2002).

Com os moradores da Gamboa de Baixo atentos à realocização destas comunidades negras do centro da cidade, as ações de mobilização das mulheres da associação em defesa do seu bairro foram intensificadas. Como relatou a ativista dona Iraci, “quando a gente viu, tirando eles [os moradores da Água Suja] para fora daqui, aí nossa luta ainda ficou mais forte. Foi aí que a gente ficou mais forte ainda” (entrevista, 2000). Dona Lenilda ressalta o que a levou a participar da luta comunitária:

foi o governo que queria tirar todos nós daqui, e nós não queríamos sair. A gente não queria dar a morada da gente, à toa, não é? Tantos anos morava em barraco de tábuas, mas era nosso. Eles queriam tirar a gente daqui, mas a gente não abriu mão... E fomos à luta e vencemos. O que marcou foi uma tarde quando eu estava em casa e soube que estava marcado, o governo vinha tirar a gente daqui. Aí, eu pensei, temos que fazer alguma coisa para o governo se espantar. Comecei a elaborar este hino [de luta]. Foi quando eu comecei a levar este hino para frente, e a gente venceu.

Para enfrentar a ameaça de expulsão considerada inevitável, os ativistas decidiram construir uma proposta de projeto que fosse adequada à realidade da comunidade, contando com o apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por intermédio do seu Laboratório de Habitação, denominado LABORATÓRIO HABITAR. Este processo político de congregação do conhecimento técnico dos profissionais de arquitetura da UFBA com a experiência e a vivência dos moradores mudou o rumo da relação entre a comunidade e os agentes de desenvolvimento urbano e instituiu um novo paradigma para o relacionamento entre esta comunidade e o ambiente acadêmico, tornando possível parcerias posteriores. Além desta iniciativa, as ativistas comunitárias promoveram formas de manifestação marcantes, tais como a queima de pneus na avenida do Contorno e passeatas na cidade que interromperam o tráfego. Conseguiram, ainda, ocupar os meios de comunicação para denunciar as estratégias do governo de expulsão dos moradores da região, buscando conquistar o apoio da sociedade civil organizada. Como resultado, a comunidade conseguiu uma participação no gerenciamento do programa habitacional do Governo do Estado da Bahia, Viver Melhor.¹⁰ Com a efetivação desta participação, o foco das lideranças passa a ser a garantia da construção de casas em condições dignas para as famílias da comunidade. Apesar do espaço aberto ao diálogo, a negociação foi marcada por muita tensão, e as contradições raciais e de gênero se fizeram presentes durante todo o processo de negociação. De um lado, lideranças femininas, negras e pobres; do outro, técnicos, burocratas, tradicionalmente representantes dos interesses das elites locais. Essas contradições ficaram bastante evidentes nas declarações feitas por um dos agentes públicos participantes das negociações para o qual a Gamboa é a cara da Bahia, “não é área para negros e pobres morar”.

¹⁰ Viver Melhor era um programa de construção de unidades habitacionais que se dividia em dois projetos: Habitar Brasil e Pró-Moradia. O Habitar Brasil era destinado à construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda e a fundo perdido, ou seja, a comunidade não tinha a obrigação de reembolsar o dinheiro investido no projeto. Ao contrário, o Pró-Moradia era destinado à construção de casas para funcionários públicos como um empréstimo do Governo Federal.

O que de fato ficou desse embate com o poder público foi a percepção das lideranças sobre a necessidade de um fortalecimento de suas ações por meio do estabelecimento de parcerias com outras organizações. Revelou-se, ainda, a necessidade de transposição dos limites de suas lutas específicas para a compreensão de um contexto mais amplo em que as questões raciais e de gênero são fundamentais para o próprio entendimento do estado de abandono e privação de benefícios e direitos da comunidade. É justamente essa mudança de paradigma que contribui para a explicação da aproximação dessa comunidade com o movimento negro e de mulheres, que, conforme veremos a seguir, teve como resultado significativo o fortalecimento de uma identidade negra, feminina das mulheres da Gamboa de Baixo.

“Um movimento dentro de um movimento”: as mulheres negras transformando-se

Tanto no que se refere à formação da associação de mulheres quanto à organização da associação de moradores durante as últimas décadas, as mulheres negras da Gamboa de Baixo têm sido a referência desses movimentos comunitários. A história recente das transformações no bairro, especificamente a construção de novas casas e a instalação e regularização do saneamento básico, atestou a capacidade de mobilização e articulação destas lideranças para a comunidade de base. O destaque dado aqui ao papel da mulher na coordenação e na execução de ações emancipadoras nas comunidades foge às tradicionais abordagens que predominam nas narrativas históricas sobre movimentos sociais em que, apesar da presença evidente de mulheres, é notório o boicote e a invisibilidade do seu protagonismo (BAIRROS, 1996; PERRY, 2008). Entretanto, é justamente no interstício dos movimentos sociais e de suas contradições que emerge a consciência feminista, reivindicando uma especificidade na luta social devido à persistência de práticas sexistas mesmo dentro de setores considerados progressistas. No contexto do bairro da Gamboa, a fundação das associações de mulheres e de moradores não teve necessariamente um impacto mais abrangente no reconhecimento do protagonismo feminino. Ou seja, embora estejamos acostumadas a ver mulheres ocupando as bases de apoio nos movimentos sociais, aquelas massas que participam nas assembleias gerais e nas manifestações de rua, existe uma tendência de não vê-las como referência de liderança. O exemplo de movimentos de bairro talvez possa contribuir com as percepções públicas no que se refere ao melhor entendimento sobre o que constitui liderança. Tal exemplo nos permite, ainda, observar mulheres negras ativistas como líderes nas posições em que atuam.

A desconstrução da imagem negativa e inferiorizante da mulher negra na sociedade soteropolitana surge a partir de sua participação e atuação política à frente do movimento de bairro da Gamboa de Baixo. Paralelamente, elas percebem sua capacidade e valor como “líderes” no movimento social. Esta valorização contribui

para que elas vivenciem um novo conceito de liberdade de gênero que se relaciona tanto com as necessidades pessoais quanto políticas.

As imagens controladoras

No caso da Gamboa de Baixo, devido à localização geográfica e à natureza da luta política descrita, é necessário perguntar como as relações das mulheres negras com o bairro moldaram sua consciência e sua forma de protesto social. Parafraseando a teórica Cristiani Bereta da Silva (2004), que escreve sobre o Movimento Sem-Terra, o "lugar político" de ativistas mulheres não tem sido resolvido (p. 269). Propomos, aqui, que fatores específicos do bairro determinaram que o "lugar político" das mulheres é na liderança da organização política no confronto com o Estado; entretanto, no exercício da liderança política, as mulheres enfrentam desafios: na própria comunidade; em relação a ativistas de outros bairros; nas organizações e no movimento social em geral; em relação a representantes do governo. De fato, a luta pelo reconhecimento político da comunidade da Gamboa de Baixo tem dependido do trabalho coletivo de mulheres negras que vêm desafiando e transformando o que a socióloga negra americana France Winddance Twine (1998) identificou, quase uma década atrás, como "o senso comum racista" sobre os negros. No caso das mulheres, pode-se apontar a existência de um "senso comum racista e sexista" acerca das mulheres negras no Brasil. Também a feminista afro-americana Patricia Hill Collins (1990) identificou este senso comum nas representações naturalizadas de mulheres negras como "imagens controladoras (*controlling images*)", imagens estas "utilizadas para fazer com que o racismo, o sexismo e a pobreza pareçam realidades naturais e normais, e ainda circunstâncias inevitáveis da vida cotidiana" (p. 68, tradução nossa).¹¹

Desta perspectiva, a liderança das mulheres negras e sua atuação na luta pelos direitos à terra na Gamboa de Baixo têm sido necessariamente ligadas às lutas para contrapor as "imagens controladoras" que estereotipam as mulheres negras, sobretudo, aquelas moradoras de bairros populares na sociedade baiana. Neste sentido, é necessário compreender o espaço que as mulheres negras ocupam no imaginário político brasileiro, e tal especificidade no que se refere ao território cultural baiano. Embora as mulheres negras, como "as baianas de acarajé" e as "mães de santo", por exemplo, tenham sido celebradas e respeitadas por seu papel significativo na preservação de tradições e comunidades religiosas afro-brasileiras, em Salvador, a vasta maioria delas são trabalhadoras domésticas cuja função é muito desvalorizada (MCCALLUM, 2007). A imagem da trabalhadora doméstica delinea e limita a forma pela qual a elite branca masculina, inclusive os representantes das agências de desenvolvimento urbano, define o lugar da mulher negra na sociedade. Como escreve Cecilia McCallum, para a trabalhadora doméstica, "o lugar simbólico é a cozinha, um

¹¹ O original em inglês: "These controlling images are designed to make racism, sexism, and poverty appear to be natural, normal, and an inevitable part of everyday life."

estereótipo reforçado no cotidiano dos meios de comunicação... Muitas mulheres passam muito tempo de suas vidas nestes espaços, o que reforça os vínculos simbólicos entre o gênero negro feminino e o trabalho doméstico” (p. 55-56).¹² Este lugar simbólico também constitui um espaço apolítico, promulgando ideias do senso comum racistas e sexistas sobre as mulheres negras, vistas como empregadas passivas e de baixo nível educacional, incapazes de produzir pensamentos e práticas. As mulheres do movimento da Gamboa de Baixo explicam que, em sua maioria, recebem baixos salários e são humilhadas no espaço das casas da elite branca baiana. No entanto, no movimento de bairro, elas confrontam a polícia, os gestores de políticas públicas e os agentes de desenvolvimento urbano.¹³ Assim, as ativistas negras contrapõem sua invisibilidade no espaço do trabalho doméstico à notoriedade de suas diversas ações e reivindicações políticas, e mobilizações comunitárias.

Neste sentido, as ações políticas de organização de mulheres negras na Gamboa de Baixo exemplificam o que Vilma Reis (sem data), socióloga feminista e militante do movimento negro, identificou como a necessidade de “quebrar as naturalizações” do papel da mulher negra na sociedade como trabalhadora doméstica passiva e não politizada, a fim de que possa reivindicar recursos materiais como terra e outras políticas públicas. A seguir, discutiremos como as mulheres da Gamboa de Baixo têm sido relativamente bem-sucedidas em redefinir os papéis de gênero dentro de suas comunidades. As ativistas argumentam que elas se têm esforçado para combater as representações racistas e sexistas de mulheres negras entre os agentes representantes do governo (a exemplo dos políticos, agentes de desenvolvimento, arquitetos e engenheiros), em geral acostumados a trabalhar com líderes comunitários do sexo masculino e de formação política limitada.

Frequentemente, a primeira luta que elas têm no confronto com o Estado é desconstruir estas imagens controladoras para, então, discutir as demandas concretas pela permanência e legalização dos programas de urbanização, assim como sua participação neles. Além de enfrentar as noções preestabelecidas das mulheres negras como domésticas, vendedoras de rua e líderes religiosas – imagens que limitam a percepção de seu potencial político –, as ativistas da Gamboa de Baixo têm de encarar o desafio imposto pelas expressões de descrédito acerca da seriedade de seu trabalho. Nos anos iniciais da organização da associação de moradores do bairro, os governantes frequentemente as recebiam perguntando “quem é o presidente?” o que implicava dizer “quem é o homem responsável por estas mulheres?” (CAMI-

¹² O original em inglês: “Their symbolic place is the kitchen, a stereotype reinforced on a daily basis through the mass media... Many women spend much of their lives in these spaces, thereby reinforcing the symbolic ties between black female gender and domestic work” (MCCALLUM, 2007, p. 55-56).

¹³ Num outro artigo, Perry (2008) discute esta relação percebida por muitos como contraditória entre a habilidade das mulheres negras de defender seu bairro e o direito à terra e a incapacidade de se mobilizar acerca dos direitos coletivos das trabalhadoras domésticas.

NHA, 2007).¹⁴ Embora as ativistas possuíssem uma longa história de organização comunitária, devido a seu envolvimento nas redes sociais e políticas que lideravam dentro do bairro, tais posições não eram reconhecidas pelos representantes do Estado. Quando encontravam com elas nos espaços de discussão política, eles se surpreendiam com sua presença, pois esperavam homens no papel de líderes da comunidade. Como afirma a ativista Nice:

Eles alegavam que aqui não morava ninguém. Achava que aqui só morava ladrão, tá entendendo? E quando a gente disse não, que aqui era uma colônia de pescadores e que aqui só morava pescador, aí, a gente, mulher, dizendo que morava pescador, e não ia nenhum homem. [Os oficiais do governo perguntaram] "Cadê os homens? Cadê os pescadores, cadê? Tá ouvindo aí, mulher, cadê os pescadores?". (entrevista, 2000)

O discurso das ativistas alegando que a Gamboa de Baixo tinha direitos à terra, porque esta era uma comunidade secular e pesqueira, fomentou no imaginário dos técnicos do governo a ideia de que eles estavam lidando com homens, o que aumentou as expectativas de que somente eles lideravam a economia local e podiam tomar decisões políticas. Outra questão importante que reforça o papel destas mulheres fora do cenário político refere-se ao fato de que, em geral, elas atuavam na comunidade em torno de programas assistenciais de distribuição de leite e alimentação, saúde reprodutiva, e outras questões sociais, atividades comumente desenvolvidas por associações de mulheres. Parece estar presente aqui uma ideia de que tais tarefas destinam-se a representar "o lugar político" certo (e mesmo aceitável) para mulheres negras pobres no que se refere às políticas públicas. Estes assuntos da associação de mulheres eram percebidos como "coisinha de mulher", e as mulheres eram sempre vistas como as defensoras de "seu pedacinho" como mulheres e mães de família, mas não necessariamente como defensoras dos interesses coletivos da comunidade como um todo. Assuntos ligados a terra, planejamento urbano e políticas públicas em geral eram considerados territórios políticos masculinos, um lugar em que mulheres e negros não tinham nem conhecimento nem experiência para atuar. Em outras palavras, ao interferir em questões que envolviam titulação de terras e planejamento urbano, as ativistas da Gamboa de Baixo não estavam lidando com o que era considerado "políticas de mulher" ou "políticas de negro". Assim, ao se enfatizar a luta para conquistar um lugar dentro da sociedade sexista e racista que determina a política urbana baiana, ilustra-se mais uma vez a dificuldade para encontrar este "lugar político" .

As mulheres da Gamboa de Baixo têm respondido a este desafio de várias formas. Por exemplo, durante uma manifestação em 2004, as ativistas se organizaram na frente da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) para reivindicar a regularização das águas e do saneamento básico no bairro. Os representantes da

¹⁴ Entrevista gravada por Keisha-Khan Perry com Ana Cristina da Silva Caminha, em janeiro de 2007.

empresa, no entanto, mesmo diante de todas aquelas mulheres que indiscutivelmente representavam a liderança da manifestação, diziam que somente se reuniriam com “o presidente” da associação de moradores. As mulheres presentes na manifestação responderam que na organização do bairro da Gamboa não havia presidente, mas sim moradores, e repudiaram o fato de os representantes do Estado olharem para as mulheres negras com uma postura de quem não estava diante de lideranças legítimas. Em outros momentos, as ativistas relataram que, quando os governantes eram forçados a dirigir-se ao grupo de mulheres, em geral preferiam dirigir-se às negras de pele mais clara, ou ainda às poucas mulheres que pareciam brancas no grupo. Tal postura evidencia a estrutura pigmentocrática da sociedade brasileira que tende a beneficiar social e politicamente os indivíduos mais próximos do perfil dos brancos. Segundo depoimentos das ativistas, os governantes da cidade ficaram perplexos quando tiveram de se reunir e dialogar com lideranças negras do sexo feminino. As palavras e a linguagem corporal das autoridades denunciavam seu espanto. Nice e outras ativistas da associação de moradores relataram que os representantes do governo evitavam “simplesmente olhá-las no olhos”, o que evidenciava a dificuldade destes homens em percebê-las e aceitá-las como líderes (entrevista, 2000).

O desafio da imagem sexualizada

Estes exemplos nos permitem entender como as imagens populares de mulheres negras traduzem-se nas relações políticas entre as ativistas e os representantes dos órgãos públicos, quando estes são forçados a negociar com elas como atrizes políticas que criticam as práticas do Estado. Para além destas questões de confronto com os agentes políticos do Estado, na luta para justificar sua existência, as militantes comunitárias da Gamboa de Baixo têm sido forçadas a confrontar a imagem estereotipada das mulheres negras como objetos sexuais. A mulher negra tem sido globalmente representada como sexualmente promíscua (COLLINS, 2004; SANTOS, 2008). O Brasil e, em particular, as cidades de grande fluxo turístico como Salvador são frequentemente caracterizados como regiões em que a prostituição ocorre em larga escala. No caso específico de Salvador, a prostituição faz parte da cultura local e da indústria do turismo doméstico e internacional (WILLIAMS, 2007). Em contraste com a “imagem controladora” da trabalhadora doméstica que ocupa o lugar da cozinha, a prostituta ocupa o lugar das ruas urbanas. Como dissemos previamente, as imagens da Gamboa de Baixo têm implicações de gênero no sentido de que a pobreza e a violência incluem representações populares na mídia de mulheres do bairro como sexualmente promíscuas e perigosas. Esta criminalização histórica das mulheres da Gamboa de Baixo, por parte do governo e da sociedade, fica evidente neste recorte de jornal:

Tipos sujos e mal encarados povoam o lugar, uma comunidade formada por ladrões, prostitutas e débeis mentais. As famílias residentes nas ruas de baixo queixam-se contra aquele submundo.

Uma das últimas vítimas dos marginais foi agredida em plena luz do dia. Tratava-se de uma anciã, de aproximadamente sessenta anos, ferida por um malandro. Ante à aproximação de um homem, as mulheres iniciam uma série de convites amorosos, quase arrastando suas vítimas à força para as malocas. (*A Tarde*, 10 abr. 1969)

Desafiar esta “imagem controladora” de mulheres negras como sexualmente promíscuas e perigosas tornou-se uma tarefa central para as militantes da Gamboa de Baixo. De acordo com depoimentos de ativistas no movimento, elas foram obrigadas a confrontar os funcionários da prefeitura que tentaram seduzi-las e solicitá-las sexualmente. Ana Cristina lembra que, em alguns momentos, as tentativas de cooptação e sedução das militantes por parte dos representantes do governo incluíam formas de tratamento diferenciadas. Havia toques no corpo, ofertas de trabalho, promessas de casas melhores, troca de número de telefone celular e caronas, práticas que não condiziam com a postura correta do poder público. Ana Cristina entende que tais práticas, especificamente direcionadas às lideranças femininas, eram tentativas de criar relações íntimas que conseguiam provocar certas divergências entre as lideranças. No caso da Gamboa, esta forma de sedução não foi capaz de fragilizar a organização coletiva das mulheres negras, porque, durante o processo de luta por moradia e terra, também eram discutidas questões das relações de raça e gênero, inclusive as relações desiguais entre os homens brancos e as mulheres negras que cumpriam historicamente o mesmo papel sexual.

Também referir-se às ativistas como “as meninas”, mesmo no caso de mulheres idosas, era outra forma de descaracterizar a liderança de mulheres negras, de não respeitar e de não visualizar sua participação política na sociedade baiana além das expectativas sexualizadas. Nesta instância, as mulheres se tornam apenas “as amiguinhas” que estão sendo colocadas em seu lugar como “mulheres negras pobres e promíscuas” (entrevista, 2007). Este tratamento sexualizado surge não somente dos representantes do Estado, mas também de militantes homens, tanto negros quanto brancos, em organizações de esquerda e do movimento negro, que atuam na Gamboa de Baixo. As ativistas têm resistido a tais assédios sexuais, mas elas entendem que esta sedução é uma estratégia-chave de cooptação política que mostra e reflete um entendimento profundo de qual deveria ser o lugar social delas como mulheres negras pobres na sociedade baiana. Como várias ativistas observaram em suas falas, elas foram percebidas como “bastante desesperadas” economicamente para serem receptivas aos assédios sexuais em troca de dinheiro e bens materiais, além de aceitarem abandonar o movimento por direitos e benefícios coletivos.

“Limpendo as nossas casas”

Um aspecto central do trabalho político da associação de moradores tem sido orientar as moradoras sobre como negar tais solicitações de cunho sexual e demandar

respeito como atrizes políticas. Tal fato demonstra que o movimento liderado por mulheres tem-se preocupado em mudar as relações de gênero não só dentro das sociedades baiana e brasileira, mas também dentro da sua comunidade e em suas casas. Por esta razão, achamos essencial enfatizar que o principal objetivo da luta pela liberação sexual das mulheres diz respeito a criar um sentido positivo da sua sexualidade enquanto mulheres negras, em contraste com a imagem propagada na mídia e na indústria turística. Pode-se observar que, no bairro da Gamboa de Baixo, a cultura local mantém práticas e ideologias de gênero conservadoras que têm controlado o comportamento das mulheres negras. Uma explicação para estas formas de controle da sexualidade das mulheres pode ser produzida a partir do fato de que a cultura local da Gamboa de Baixo está assentada numa identidade vinculada à colônia de pescadores. Prioriza-se, assim, uma imagem masculina, uma imagem dominante de homens que desafiam o mar para sustentar a família, enquanto as mulheres permanecem em casa, exercendo aí suas funções. Esta prática reflete o que a feminista negra canadense M. Jacqui Alexander (2005) chama de “práticas reguladoras heterossexuais” de famílias nucleares, ou o investimento de comunidades locais, nacionais e transnacionais em manter uma identidade heterossexual, evidenciando a existência de um projeto moralista de heteronormatividade. Outro fator que tem ajudado a solidificar o entendimento local acerca do papel das mulheres negras como circunscrito ao âmbito doméstico, familiar e comunitário é o histórico isolamento geográfico do bairro em relação ao restante da cidade, vivenciado pela comunidade durante as últimas décadas. Como as ativistas explicavam, “a Gamboa de Baixo era uma comunidade muito voltada pra dentro de si mesma”, e possuía sua própria cultura que, por sua vez, exigia um comportamento distinto no que se refere ao papel da mulher.

Hoje, a associação de moradores da Gamboa de Baixo tem seu primeiro presidente homem, que é integrante da comunidade *gay*, e tal fato exemplifica como a organização de maioria de mulheres tem desafiado as práticas reguladoras heterossexuais dentro da comunidade. O fato de que a comunidade o elegeu por voto popular reflete uma vitória maior, que, segundo as ativistas, é resultado de uma liderança feminina e da priorização das questões de gênero no movimento de base. As ativistas acreditam que o ato de sair da comunidade para participar em discussões com outras mulheres negras pela cidade lhes permitiu desenvolver uma nova visão das práticas femininas, já socializadas por outras militantes na cidade. Fazem, assim, uma discussão politizada a respeito da livre escolha da orientação sexual, as implicações dos papéis de gênero dentro do espaço doméstico e na sociedade como um todo, o direito à negociação acerca da relação sexual com a(o) parceira(o) e a independência financeira. Tais transformações têm sido mais evidentes no que diz respeito à política sexual, e as mulheres garantem que elas é que tornaram possível a eleição de líderes *gays* e *lésbicas* para a diretoria da associação de moradores.

Algumas das reuniões de conscientização realizadas dentro da associação de moradores têm focado questões específicas que incluem os desejos sexuais da mulher. O Grupo de Mulheres na Gamboa de Baixo surgiu em meado dos anos 1990 como uma forma de empoderar (*empower*) as ativistas e encorajar a participação ampla das mulheres do bairro na associação de moradores. Foi organizado inicialmente por Ritinha, também militante do movimento negro, com muita experiência em ativismo nas organizações de moradores e de mulheres em outros bairros populares localizados no centro de Salvador, a exemplo do Alto das Pombas. O Grupo de Mulheres da Gamboa de Baixo incentivou as mulheres a não terem medo de falar em público, ou falar sobre sexo e sexualidade entre si e com suas famílias. Elas aprenderam que a luta por moradia e regularização fundiária não estava desvinculada da luta por outras questões socioeconômicas (trabalho, educação, saneamento) e ainda pelos seus direitos no que se refere à liberação sexual. Segundo Ana Cristina, além do silenciamento da questão da sexualidade, antes do movimento do bairro da Gamboa de Baixo,

A gente não falava. A gente não tinha coragem de falar de um monte de coisas. E a associação e a luta na Gamboa ensinou muita coisa, muitas coisas para a gente. Ensinou que lutar por moradia, não é só fechar a avenida do Contorno, é dizer que nós queremos casa. Ensinou que lutar por moradia é dizer, ou, queremos casa, queremos emprego, queremos trabalho, queremos educação, queremos direito de mulher. (entrevista, 2007)

Para chegar a esta liberdade sexual, elas tinham de sentar-se em círculo no espaço do Grupo de Mulheres e discutir suas dores, e enfrentar perguntas difíceis, como, por exemplo: "Como está sua relação em casa com seu marido? É boa, é ruim?" "Seu marido, que brinca tanto comigo, como ele é com você em casa quando vê que você está brincando com outro homem?" (entrevista, 2007).

Estas perguntas, consideradas pelas mulheres difíceis e complexas, também as forçavam a falar sobre suas experiências com o prazer sexual. Muitas mulheres, a partir destas discussões na associação de moradores, passaram a sentir-se mais confiantes para abordar tais assuntos com familiares do sexo feminino, amigas e filhos. Hoje, as mulheres que antes ficavam em silêncio quando as facilitadoras do Grupo de Mulheres pediam que falassem sobre sexo se mostram mais encorajadas e têm feito demandas sobre seu direito ao prazer sexual nas relações conjugais e/ou afetivas. Segundo as ativistas do bairro, o surgimento de mulheres negras que dizem que "se sentem livres" na Gamboa de Baixo se evidencia quando se observa o aumento do número das que têm se divorciado do marido. Algumas até assumem outras relações dentro e fora do bairro. Do mesmo modo, o número de mulheres que têm assumido abertamente relações com outras mulheres e têm constituído novas famílias a partir destas relações exemplifica o significado da liberação sexual para o grupo. Embora sofram discriminação, tendo de enfrentar difamação e conflitos com seus parentes, as mulheres lésbicas têm reivindicado que podem e devem morar dentro

da sua comunidade. A expressão total da sexualidade é, assim, uma vitória dentro do movimento. Como afirmam as ativistas, as mulheres negras moradoras de bairros populares não têm recursos econômicos para simplesmente dizer que não querem mais morar na sua comunidade, porque são discriminadas, e que vão morar longe dos parentes. O direito de ser mulher negra lésbica, assim como de ser homem negro gay, e poder continuar morando no seu bairro, é uma evidência do trabalho político que tem mudado a consciência coletiva da sociedade no local. Uma evidência do cotidiano e árduo trabalho anti-homofóbico liderado pelas mulheres negras nas bases dos movimentos sociais urbanos.

As mulheres negras têm traduzido as conversas entre elas sobre liberação sexual em mudanças concretas na sua vida com parceiros e maridos. Mudam, assim, dramaticamente, a visão estereotipada e inferiorizante que os homens tinham delas. Elas passam a ser consideradas atrizes políticas que lutam pelos direitos coletivos dos moradores da Gamboa de Baixo, e ainda, com direitos nas relações afetivas e dentro de casa. A percepção que as mulheres das organizações de bairros têm de si próprias e das atitudes em relação ao gênero nos auxilia no entendimento do conceito de "erótico" (ALEXANDER, 2005; LORDE, 1984). Neste sentido, a feminista negra norte-americana Audre Lorde (1984) argumenta que devemos pensar diferentemente sobre o conceito de "erótico", ou seja, em vez de centralizar nas práticas sexuais de mulheres negras, devemos, ao contrário, compreender estas transformações pessoais como "uma afirmação da força vital das mulheres" (p. 55).¹⁵ Segundo Lorde, o sentimento de autoempoderamento (*self-empowerment*) das mulheres negras para combater a opressão sexual faz com que se sintam insatisfeitas com todas as formas de opressão que vivenciam, o que funciona como elemento motivador para sua organização política. A autora acrescenta:

A partir do momento em que somos capazes de reconhecer nossos sentimentos mais profundos, começamos, ao mesmo tempo, a deixar de lado a necessidade de nos satisfazermos com o sofrimento e a autonegação, e com a insensibilidade que em geral tem sido apresentada como a única alternativa em nossa sociedade. Nossos atos contra a opressão tornam-se verdadeiros a partir da automotivação e empoderamento que se configuram dentro de nós mesmas. (p. 58)¹⁶

Um exemplo de como este empoderamento das mulheres tem sido transferido para outras áreas de sua vida pode ser observado na saída das mulheres do âmbito doméstico para trabalhar fora. Ou seja, no passado, ao se entrar nas casas dos moradores da Gamboa de Baixo podia-se constatar que grande parte dos homens trabalhavam fora de casa como pescadores, ao passo que muitas mulheres

¹⁵ Audre Lorde (1984, p. 55) escreve em inglês: "When I speak of the erotic, then, I speak of it as an assertion of the life force of women".

¹⁶ O original em inglês: "For as we begin to recognize our deepest feelings, we begin to give up, of necessity, being satisfied with suffering and self-negation, and with the numbness which so often seem like their only alternative in our society. Our acts against oppression become integral with self, motivated and empowered from within" (p. 58).

permaneciam em casa; hoje, muitas trabalham fora do bairro, a maior parte como trabalhadoras domésticas. Estas mulheres entendem o trabalho como uma forma de garantir sua liberdade e independência financeira em relação aos companheiros. Fundamentalmente, elas têm se esforçado para combater o racismo, o sexismo e o classismo dentro da sua comunidade, mas, ao mesmo tempo, estão colhendo os frutos destas transformações na vida pessoal.

A formação da identidade política de mulheres negras

Politizando a interseccionalidade

Conforme exemplificado, o movimento liderado por mulheres negras da Gamboa de Baixo tem sido relativamente bem-sucedido em priorizar as questões de gênero dentro da luta comunitária antirracista e pela igualdade de classe em Salvador. Desde as perspectivas de Alexander e Lorde anteriormente citadas, novos conceitos e práticas de gênero têm refletido as transformações nas relações pessoais e na organização política de mulheres negras. Tais transformações são fruto do reconhecimento das mulheres negras como atrizes políticas e cidadãs urbanas com direito coletivo à terra.

Neste sentido, a teorização da interseccionalidade, dentro da teoria feminista negra promovida pela diáspora africana (AZEREDO, 1994; CALDWELL, 2007; CARNEIRO, 1995, 1999; COLLINS, 1990; CRENSHAW, 1991; HOOKS, 1984; PARMAR, 1990; SUDBURY, 1998), tem sido útil para entender a liderança de mulheres negras na organização política de bairros urbanos no Brasil; particularmente, nos referimos à ideia de que o fortalecimento desta liderança feminina deve ser analisado em relação aos movimentos sociais pelos direitos do negro à cidadania. Tomando como base as ideias da feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, Luiza Bairros, feminista e militante fundadora do movimento negro, escreve que, “em uma corajosa incursão ao recorrente tema da interseccionalidade, a autora aponta as possibilidades de pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, sem perder de vista os aspectos de gênero da discriminação racial” (2002, p. 169). Bairros também argumenta que as mulheres negras em movimentos sociais no Brasil, “desde os anos 1980, têm afirmado a intersecção da raça e do gênero como centro de sua agência política” (p. 170). Mulheres negras ativistas têm de lutar no “movimento e dentro do movimento” para a promoção da igualdade de gênero, o que atesta a existência de conflitos internos em todos os níveis do movimento negro. Há muito estas mulheres vêm lutando para desmistificar a visão da luta contra a opressão da mulher e do negro como questões separadas.¹⁷ Por outro lado, muitas ativistas negras decidiram continuar dentro de organizações negras mistas, recusando-se a constituir um movimento separado dos

¹⁷ Isto fica evidente no número de organizações de mulheres negras que têm surgido no Brasil em décadas recentes como Ceafro em Salvador, Geledés Instituto da Mulher Negra em São Paulo e Criola no Rio de Janeiro, direcionadas às necessidades intelectuais e materiais específicas de mulheres negras.

homens negros. Assim, continuam a lutar pelos direitos das mulheres dentro destas organizações, como se vê no exemplo das associações de moradores. Na Gamboa de Baixo, observamos que as mulheres negras têm usado suas experiências a partir de várias formas de discriminação para forjar uma identidade política e construir um movimento político com o objetivo de transformar a relação do Estado com os bairros populares. Elas defendem a noção de que as práticas do Estado de distribuição de terra e urbanização devem ser compatíveis com a cultura local e que devem ainda refletir simultaneamente as necessidades de mulheres negras e das comunidades negras. Tal argumento representa as ideias de Sueli Carneiro, ativista negra feminista brasileira. Ela observa que as lutas de mulheres negras incluem a transformação das condições sociais que determinam sua existência cotidiana e que elas devem

continuar a lutar por moradia, saúde, saneamento e educação antirracista e antissexista – condições básicas para quebrar o ciclo vicioso que confina a população negra, e as mulheres negras em particular, nos níveis inferiores da sociedade brasileira (1999, p. 228, tradução nossa).¹⁸

O movimento negro e as militantes de bairro

As mulheres negras no movimento político da Gamboa de Baixo identificam estas contribuições ideológicas trabalhadas pelas mulheres do movimento negro¹⁹ como um dos fatores principais pelo qual elas têm focado uma perspectiva interseccional. As organizações do movimento negro que têm atuado no bairro enfatizam questões como afirmação da identidade negra feminina, da consciência racial, de gênero e de classe e da relação histórica entre as lutas atuais por direitos de cidadania e os movimentos do passado contra o colonialismo, a escravidão, e pela inserção do negro na sociedade. Numa entrevista, a militante Nice afirma que, no movimento,

Eu aprendi muito. Aprendi inclusive a andar, aprendi a falar, falar mais... andar por exemplo nestas casas de governo, e bater na mesa, bater forte. Então, eu aprendi a bater também forte, e encarar eles cara a cara, coisas que não fazia antes e hoje eu faço. Então, eu aprendi muito, porque a gente não pode baixar a cabeça porque a gente é fraco porque a gente é humilde, porque a gente é negra. Eu aprendi, e isso para mim foi importante, muito importante. Eu tenho orgulho de dizer que sou negra, meu sangue é negro, eu gosto da minha cor, eu me amo assim. (2000)

A fala da ativista Nice mostra o resultado do vínculo forte entre as(os) militantes das organizações do movimento negro e a mobilização de bairros negros, uma relação política que permitiu que as ativistas negras identificassem e problematisassem o caráter racializante dos discursos e práticas das instituições governamentais responsáveis

¹⁸ O original em inglês: "This means that we must fight for housing, health, sanitation, and antiracist and antisexist education – basic conditions to break the vicious cycle that confines the black population, and black women in particular, to the subterranean levels of Brazilian society."

¹⁹ Elas definem o movimento negro amplamente, mas centralizam nas organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), Unegro e Ceafro, três organizações que têm trabalhado arduamente em solidariedade política com a Gamboa de Baixo.

pelo desenvolvimento e planejamento urbanos, impactando comunidades negras. Alguns intelectuais, como o cientista político negro norte-americano Michael Han- chard (1994) e a socióloga France Winddance Twine (1998), argumentam que o movimento negro no Brasil não tem conseguido mobilizar a população negra para o confronto das desigualdades sociais baseadas em raça. Além disso, consideram que o movimento tem focado principalmente questões de cultura e identidade, mas não tem transformado as instituições brasileiras racistas. Segundo as ativistas, o trabalho político do movimento negro na Gamboa de Baixo acerca da identidade negra e da cultura afro-brasileira tem sido fundamental para que as mulheres negras tomem conhecimento da importância de seu potencial político e articulem sua liberdade. O movimento negro teve um papel crucial que as ativistas locais identificam como “resgatar a nossa posição enquanto mulheres negras” (entrevista, 2007), especificamente para empoderá-las no que diz respeito a sentirem-se capazes de lutar contra o Estado. Algumas mulheres afirmam que para elas inicialmente faltava o conhecimento de seu próprio poder como mulheres negras. A afirmação de seu poder coletivo levou-as a declarar:

Eu achava muito importante a gente falar de nosso orgulho, de nossa pele, da nossa cor, de nossa raça... Não foi pedir nada deles, a gente pediu nossos direitos. É importante a gente chegar e dizer assim, eu sou negra, mas eu sou negra com orgulho, eu tenho orgulho de quem eu sou. Eu não vim aqui te pedir. Eu quero meus direitos. Os direitos são meus. (entrevista, 2000)

Este depoimento faz eco com as palavras da feminista negra Barbara Smith (2000) que também escreve sobre o potencial político de grupos marginalizados como mulheres negras:

Uma das coisas mais importantes que aprendi foi que o poder político está nas mãos de gente “comum” que se junta para desafiar a autoridade e para fazer a diferença; a organização efetiva nas bases [*grassroots*] pode transformar a consciência, as políticas, as leis, e mais importante, a qualidade da vida cotidiana dos indivíduos. (p. 168, tradução nossa)²⁰

Ritinha, a militante do movimento negro anteriormente citada, tem sido fundamental para construir esta ponte ideológica entre o movimento negro e o movimento de bairro pela urbanização igualitária, liderado por mulheres negras. Ela, na sua interação com as ativistas, prioriza a valorização do negro e da mulher negra, necessária para solidificar a identidade política de mulheres negras. Ritinha também constrói laços políticos entre as ativistas da Gamboa de Baixo e ativistas negras(os) de outros bairros. Um exemplo é a participação de mulheres da Gamboa de Baixo no anual “Jantar de Mulheres Negras” em Alto das Pombas, no qual celebra-se a

²⁰ Nossa tradução do original em inglês: “One of the most important things I learned was that actual power lies in the hands of “ordinary” people who come together to challenge authority and to make a difference; that effective grass-roots organizing can transform consciousness, policies, laws, and most importantly the quality of individual people’s daily lives” (2000, p. 168).

participação de mulheres negras na construção do Brasil. A ideia de “uma homenagem a mulheres negras” foi uma novidade para as ativistas da Gamboa de Baixo e provou ser fundamental no que diz respeito a confrontar o estigma racista e sexista que elas sentiam previamente.

Esta relação de solidariedade entre a Gamboa de Baixo e as(os) ativistas do movimento negro tem levado a uma revelação política crucial para as ativistas da comunidade: elas compõem “as soldadas” do movimento local, nacional e global para a mudança social da população negra. A liderança de mulheres negras nas lutas urbanas pela terra constitui-se num aspecto crucial da mobilização negra brasileira contra o racismo e para o acesso coletivo aos recursos materiais como emprego, educação e terra. Raramente na literatura sobre o movimento negro no Brasil estes tipos de luta social são considerados como segmentos de organização negra importantes (BAIRROS, 1996). Entretanto, da perspectiva de examinar o desenvolvimento político da Gamboa de Baixo, podemos ver como as complexidades de raça na sociedade baiana e brasileira são discutidas nas comunidades urbanas negras e estão impactando positivamente sua autoimagem e sua habilidade de se mobilizar por direitos de cidadania. Mais importante, segundo as experiências relatadas pelas ativistas da Gamboa de Baixo, as mulheres são as protagonistas nestas discussões.

A organização de bairros negros como a Gamboa de Baixo representa um aspecto-chave da história do movimento negro brasileiro e das transformações concretas na vida política, social e econômica de mulheres negras nas cidades brasileiras. Esta forma de organização também exemplifica como o movimento de bairro é fundamental para o movimento negro e o papel importante que exerce na mobilização política de bairros negros. Argumentamos que a organização massiva de comunidades negras revela a conexão entre a luta pela afirmação positiva de uma identidade racial, de gênero, de sexualidade, de classe e o poder de reivindicar recursos materiais como terra no espaço urbano. Em essência, o movimento negro e, mais especificamente, as mulheres negras no movimento local e nacional contra as formas interligadas de opressão têm moldado a forma de ativismo que surgiu das organizações políticas em bairros negros urbanos. Desta perspectiva, o empoderamento de mulheres negras em associações de bairro reflete a perspectiva da base do movimento negro no Brasil.

Conclusão

No dia 22 de novembro de 2006, o Posto de Saúde Iraci Isabel da Silva da Gamboa de Baixo abriu suas portas num prédio restaurado na Ladeira dos Aflitos, num bairro localizado acima da Gamboa de Baixo e do Solar do Unhão. Como na celebração para a regularização fundiária na Gamboa de Baixo que descrevemos no início deste artigo, a cerimônia de abertura do posto de saúde também foi repleta

de tensões entre os representantes do Estado e os moradores do bairro. Há três décadas, as ativistas têm reivindicado a construção de um centro de saúde dentro da comunidade para facilitar o acesso dos moradores ao serviço médico. As escadas longas que se estendem da beira-mar da Gamboa de Baixo até a avenida principal tornavam extremamente difícil a jornada dos moradores até os centros médicos na cidade. Depois de muita luta organizada por serviços sociais na área, os moradores conseguiram garantir a construção do posto de saúde, mas foram completamente excluídos do processo de planejamento que decidiu sua localização.

Como no caso do direito à terra e à moradia, a luta de mulheres negras por acesso adequado à saúde dentro do bairro da Gamboa de Baixo é contínua. Além disso, as conquistas para a mudança social são parciais. Por exemplo, elas continuam trabalhando para a instalação completa de saneamento básico e a melhoria das casas na comunidade. Citamos o exemplo acima para enfatizar como essas lutas dentro do bairro são interconectadas, mas também, como elas são relacionadas à luta pela representação comunitária no processo de decidir as políticas públicas. Lideradas por mulheres negras, comunidades urbanas populares se mobilizam para assegurar que possam interferir diretamente na forma como o desenvolvimento social e político ocorre em Salvador. Compreendemos que, quando uma comunidade como a Gamboa de Baixo participa da elaboração de políticas públicas, ela promove elementos-chave que levam em consideração as necessidades materiais dos moradores, tanto no que se refere às especificidades culturais quanto econômicas da comunidade.²¹

Nesta tradição de militância, quando inicialmente sentamos para discutir as ideias que constituiriam este artigo, concordamos que o ponto de partida deveria ser as experiências de mulheres negras em movimentos sociais urbanos, um projeto tanto intelectual quanto político. Desta forma, escrevemos este artigo considerando, como público-alvo, as ativistas situadas no movimento social e na universidade. As análises e a literatura política de mulheres negras continuam marginalizadas dentro de espaços acadêmicos; de fato, mulheres negras ativistas na Gamboa de Baixo raramente poderiam ser consideradas produtoras de conhecimento; além disso, os conhecimentos e as experiências produzidos por ativistas negras não são reconhecidos como instrumentos importantes na formulação de políticas públicas. Esta negação da contribuição intelectual e política das mulheres negras na sociedade brasileira, que resulta da recusa em concebê-las como sujeito político, é um problema que se estende pelas comunidades da diáspora negra pelo mundo.

Neste artigo, procuramos ressaltar a importância de vincular as reivindicações no plano das políticas públicas de urbanização à luta racial, de gênero e de classe. Mulheres negras em Salvador sempre têm sido ativas nas lutas pela libertação sexual

²¹ Por exemplo, sem a participação comunitária, o posto de saúde localizado fora do bairro apresenta desafios semelhantes para o acesso dos moradores a outros postos de saúde no centro da cidade.

e racial durante os vários períodos da história brasileira; assim, a participação de mulheres negras constitui parte desta tradição radical política. As ativistas da Gamboa de Baixo reivindicam direitos à terra não como direito da mulher, mas como direitos coletivos que possam garantir sua permanência como população negra e pobre no centro da cidade de Salvador. Entretanto, esta transformação no modo pelo qual o Estado distribui a terra em espaços urbanos beneficia outros bairros negros que estão enfrentando ameaças de expulsão. Dentro das várias formas de organização que compõem o movimento negro local e nacional, as mulheres reconhecem seu potencial do passado e do presente para mudar as políticas raciais brasileiras.

As ativistas da Gamboa de Baixo ecoam a feminista negra brasileira Lélia González que afirmou que “a verdade é que deixamos de ser invisíveis”. González também escreveu que “temos que estabelecer tarefas dentro de um campo concreto e desenvolver uma militância ativa junto às comunidades negras espalhadas pelo Brasil” (GONZÁLEZ apud THEODORO, [200-]). Para as mulheres negras moradoras de bairros populares que lutam para permanecer no centro de Salvador, levar as demandas da comunidade para o embate ideológico e político contra o Estado racista, sexista e classista, tem significado uma forma de tripla militância – uma luta antirracista, antissexista e anticlassista. Demos especial atenção à crucialidade da interseccionalidade destas lutas, especificamente como a liderança de mulheres negras nestes movimentos sociais visa à mudança da imagem da sua comunidade negra, bem como da mulher negra em geral. Neste sentido, a luta da mulher negra para ganhar espaço dentro das suas comunidades e dentro dos espaços políticos da cidade constitui-se numa forma de as ativistas da Gamboa de Baixo enfrentarem as ideologias dominantes no que se refere a reconhecer a mulher negra como interlocutora política. Na sua maioria, são mulheres negras de classe popular com pouca instrução que começaram a se organizar dentro da comunidade, sem muita estrutura formal, e que se viram obrigadas a enfrentar um projeto arbitrário que o governo trouxe para seu bairro. Então, na tentativa de se defender, elas conseguiram transformar o modo pelo qual o governo atuava nas comunidades baianas, sobretudo no que se referia aos processos de planejamento e implementação de projetos de urbanização. Finalmente, podemos afirmar que os resultados deste papel político que as mulheres negras têm desempenhado na comunidade encontram-se expressos em seus próprios discursos: “Eu tenho orgulho de ser mulher e negra”, como também “Eu tenho o direito de morar na Gamboa”.

Abstract: Gamboa de Baixo, a century-old fishing community located in the center of Salvador, today finds itself in the process of finalizing its project of land tenure as a result of a more than a decade of intense struggle for land ownership. In this article, we emphasize important elements of this process of political

mobilization. The activism and organizational capacity of black female leadership in this community represents an important challenge to the traditional racist, sexist, and classist practices of public policies in Salvador. These policies are implemented by political leaders who represent the interests of the dominant class as we are able to see in the example of business and real estate speculators. The search for a respectful and objective narrative of these events led us to a shared writing with representatives of the Gamboa community, the first time for this community who has systematically had their political aspirations rendered invisible by the mainstream media that prefers to focus on the criminalization of members of this community without unveiling the roots of the problems that are the inequalities of race, gender, and class whose cumulative effect finds black women as the primary target.

Keywords: black women; feminism; land struggle; racial and gender liberation; Salvador.

(Recebido em julho de 2008 e aprovado para publicação em dezembro de 2008.)

Referências

- CÓLERA provoca apreensão em invasões. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 1992.
- CONDER elabora projeto da Contorno. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 1995.
- COMO Salvador se faz: dossiê das lutas das comunidades populares de Salvador - BA pelo direito da moradia. Salvador: [s.n.], 2003.
- ALEXANDER, M. Jacqui. *Pedagogies of crossing: meditations on feminism, sexual politics, memory, and the sacred*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.
- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE GEGÊ DOS MORADORES DA GAMBOA DE BAIXO et al. Carta aberta dos(as) moradores(as) das comunidades populares de Salvador. *Cadernos do CEAS*, [S.l.], n. 194, p. 91-94, 2001.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 203-216, 1994.
- BAIRROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, P. (Ed.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: MGSP, 1991. p. 177-193.
- _____. Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Asia*, São Paulo, v. 17, p. 173-186, 1996.

- _____. III Conferencia Mundial Contra o Racismo. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 169-170, 2002.
- BEATO, Lucila Bandeira. Inequality and human rights of african descendants in Brazil. *Journal of Black Studies*, [S.l.], v. 34, n. 6, p. 766-786, 2004.
- CALDWELL, Kia Lilly. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 544-552, 1995.
- _____. Black women's identity in Brazil. In: REICHMANN, R. (Ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park: Pennsylvania University Press, 1999. p. 217-228.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: african americans, gender, and the new racism*. New York: Routledge, 2004.
- COVIN, David. *The unified black movement in Brazil: 1978-2002*. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, 2006
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminacao Racial Relativos ao Genero. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 171-188, 2002.
- _____. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, [S.l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- FERNANDES et. al. A constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950: construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: FUPAM, Studio Nobel, 1999.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heraclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. *Afro-Asia*, Salvador, v. 21, n. 22, p. 239-256, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Maza, 1995.
- GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 1995.
- HANCHARD, Michael George. *Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End, 1984.
- IBGE. *Diretoria de pesquisas, departamento de emprego e rendimento, pesquisa mensal de emprego*. Rio de Janeiro, 2004.
- LORDE, Audre. *Sister outsider*. Freedom, CA: The Crossing Press, 1984.
- MCCALLUM, Cecilia. Women out of place?: a micro-historical perspective on the black feminist movement in Salvador da Bahia, Brazil. *Journal of Latin American Studies*, [S.l.], v. 39, p. 55-58, 2007.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. Struggling for a place: race, gender, and class in political elections in Brazil. In: REICHMAN, R. (Ed.). *Race in contemporary Brazil*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1999.

PARMAR, Pratibha. Black feminism: the politics of articulation. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity, community, culture, and difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 101-126.

PEARL, Julyan G. *Race, place, and medicine: the idea of the tropics in nineteenth-century Brazilian medicine*. Durham, NC: Duke University Press, 1999.

PERRY, Keisha-Khan Y. Por uma pedagogia feminista negra no Brasil: o aprendizado das mulheres negras em movimentos comunitários. In: MULLER, M.L.R.; PAIXÃO, L.P. (Ed.). *Educação, diferenças e desigualdades*. Cuiabá: Conselho Editorial da EdUFMT, 2006. p. 161-184.

_____. Politics is uma Coisinha de Mulher (a Woman's Thing): black women's leadership in neighborhood movements in Brazil. In: STAHLER-SHOLK, R.; VANDEN, H.E.; KUECKER, G.D. (Ed.). *Latin American social movements in the twenty-first century: resistance, power, and democracy*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos*. Salvador: Editorial da Universidade Federal da Bahia, 2002.

REIS, Vilma. *Quebrando naturalizações: estratégias de enfrentamento ao trabalho doméstico de crianças e adolescentes e suas iniquidades de raça e gênero*. [S.l.]: Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 269-287, 2004.

SILVA, Denise Ferreira da; LIMA Marcia. Raça, gênero e mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 97-111, 1992.

SMITH, Barbara. *The truth that never hurts: writings on race, gender, and freedom*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2000.

STEPAN, Nancy. *The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

SUDBURY, Julia. *'Other kinds of dreams': black women's organisations and the politics of transformation*. New York: Routledge, 1998.

THEODORO, Helena. *Racismo, sexismo e subjetividade das mulheres negras*. Nucleo de Estudos Contemporaneos - Pensando com o Gênero, [200-].

TWINE, France Winddance. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

VIDA, Samuel; EVANGELISTA, Roberto. *Apartheid Baiano: desigualdades Raciais/Salvador e Região Metropolitana*. Salvador: Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, 2000.

VIANA, Malu. *Ser menina mulher negra e ser um símbolo de resistência*: Fundação Cultural Palmares.

Keisha-Khan Y. Perry e Ana Cristina da Silva Caminha



WILLIAMS, Erica. *Ethnographies of 'The Global': racing and sexing the transnational*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, Montreal, Canadá, Setembro, 2007.